

## DESAFIOS DO ENSINO REMOTO COM ALUNOS DE DEFICIÊNCIA MÚLTIPLAS NA ESCOLA ESPECIAL

Ana Claudia Silva <sup>1</sup>

### RESUMO

Considerando as particularidades dos alunos com deficiências múltiplas da Escola Especial Municipal do Rio de Janeiro e os desafios do ensino remoto em uma perspectiva inclusiva, num processo de inclusão das pessoas com deficiência a comunicação digital objetivaram, nesse trabalho, expor os critérios de transição e continuação do ensino presencial para o remoto através de home-office pela ferramenta WhatsApp devido a pandemia do ano de 2020. Na tentativa de contribuir para desvelar caminhos que atendem as expectativas direcionadas para um atendimento de qualidade onde pontua os avanços da interação, no desenvolvimento da aprendizagem, na aproximação entre escola e aluno em manter uma rotina e adesão escolar.

**Palavras-chave:** Pandemia, Perspectiva Inclusiva, Ensino Remoto, Home-Office, Adesão Escolar.

### INTRODUÇÃO

A seguinte análise foi feita da prática das aulas na Escola Especial Municipal Maria Montessori, localizada na cidade do Rio de Janeiro, em aulas remotas, por medida de combater a disseminação do novo Coronavírus (Covid-19). O Governo e Município do Rio de Janeiro decretaram uma medida de prevenção, por meio do distanciamento social com o objetivo de evitar o contágio e proliferação do vírus, seguindo esta norma, as aulas presenciais foram suspensas. No entanto, as atividades pedagógicas não presenciais foram mediadas através de home-office pela ferramenta WhatsApp e por escolha da comunidade escolar.

Dentro dessa ótica, o desafio do ensino remoto se fez necessário, em conduzir tanto professora como responsável/aluno há procurarem a implementação da construção de se manter o vínculo escola/aluno. Digo responsável/aluno, pois não havia possibilidade de

---

<sup>1</sup> Pós-Graduada no Curso Educação Especial- Faculdade XXXXX-Feuc –RJ, [claudianna2007@gmail.com](mailto:claudianna2007@gmail.com)

se chegar ao aluno se não fosse através dos responsáveis como mediadores e condutores das atividades, visto que são alunos de deficiências múltiplas sem autônima digital.

Dessa forma e sob tal complexidade o uso de um meio de comunicação que antes era para uso particular se coloca à disposição para função didática, sendo inevitável romper barreiras da privacidade para estabelecer uma rotina escolar.

Com a pandemia se acentuou a diferença social, pois nem todos haviam os recursos necessário e nem acessibilidade digital para se reinventar a essa modalidade, tendo que, o educador há se adaptar a novas tecnologias, novas metodologias, transformando-se, e o aluno/responsável há procurar meios para suprir as necessidades da nova metodologia que exigia principalmente de ferramentas tecnológicas que não eram opcionais, mas imprescindível para se manter o vínculo.

Diante disso, estabelecer o vínculo era primordial para que o distanciamento não gerasse maiores danos ao emocional dos alunos pela mudança na rotina que ocorreram em suas vidas e na vida dos pais. Aproximar essa relação professor/aluno se demonstra fundamental, pois é a figura socioemocional mais perto para se continuar esse elo.

Surge então, a possibilidade de se assegurar o direito de todos a educação através do ensino remoto, onde o professor permanece com estratégias, metas de aprendizagem para alunos com níveis de aprendizado diferentes em determinar que o currículo adaptado para o biênio e adaptado as necessidades educacionais especiais, que antes já se fazia, deveria ser revisto e preciso ser readaptado para o meio digital do ensino remoto.

Respeitando essa temática, foi realizada a pesquisa no aspecto qualitativo, com análise de dados sobre a observação e análise documental.

## **METODOLOGIA**

A referente pesquisa foi realizada no período de abril a dezembro de 2020 pela professora Ana Claudia Silva – profissional da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro – Especialista em Educação Especial, pela Fundação Educacional Unificada Campo-Grandenses-FEUC – em 2 turmas de ensino fundamental I na modalidade classe especial, de 6 alunos cada, entre a faixa de idade de 10 a 25 anos, sendo, 10 alunos cadeirantes e 2 andantes todos com deficiências múltiplas respeitando a cronologia de idade e defasagem de ensino na Educação Especial, mediante a matriz curricular da rede.

O tema inicia na observação qualitativa de avaliar a importância da interação através do ensino remoto no uso da ferramenta WhatsApp, em readaptar o currículo comum do ensino fundamental I da Educação Básica, para essa nova vertente que possibilite avaliar o desenvolvimento de aprendizagem a distância, em respeitar sua especificidade em manter uma rotina domiciliar que atenda o aluno a evitar a evasão escolar.

Em conformidade com o projeto da turma em Comunicação através das Linguagens, que seguiu o planejamento anual do ano de 2020 - Comunicar é romper com a solidão - criar vínculos de comunicação alternativa usando todas as formas de linguagens para relacionar com o outro, a fim de, minimizar o sentimento de desconectado de tudo e todos que nos cercam.

Com esse desafio e nova metodologia as aulas ocorreram com frequência semanal acompanhada de vídeo-aulas, chamada de vídeo individual e em grupo, e atividades adaptadas pela professora regente, como também, caderno pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, caderno pedagógico do Instituto Helena Antipoff, vídeo-aulas e práticas elaboradas pela sala de recurso, educação física, Agentes de Apoio a Educação Especial (AAEE), estudo dirigido, e sala de leitura, sendo acompanhados o desempenho dos alunos através de fotos e vídeos enviados para o grupo da turma.

As aulas eram ministradas pela professora e acompanhadas pelos alunos, onde os responsáveis eram os condutores da execução, através da ferramenta WhatsApp, no qual era exibido vídeos disponíveis pelo canal Youtube para informação, histórias lúdicas e musicais, vídeo-aulas do canal MultiRio para melhor entendimento do conteúdo, vídeo-aulas explicativas realizadas pela professora, atividades interativas adaptadas, cadernos pedagógicos da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro como apoio, além das aulas síncronas feitas através de chamada de vídeo em grupo ou individual, onde este momento era o mais relevante, sendo o mais significativo tanto para a professora em poder apreciar, estimular o convívio e a aprendizagem do aluno, no qual, auxiliava os alunos na execução da atividade e durante a condução dos responsáveis na mediação, como para os alunos em desfrutar a experiência dessa nova metodologia de explicação do conteúdo e execução da atividade proposta, como também, poder por algum momento ver e escutar a pessoa como referência que eles têm mais próximo da escola,

estabelecendo assim, uma rotina escolar menos fragmentada, com a manutenção de laços afetivos.

Mediante essa metodologia, foi considerado o desempenho e frequência do aluno através das chamadas de vídeo, de fotos e vídeos enviados para o grupo da turma via aplicativo WhatsApp com a execução das atividades propostas.

Em outro momento, para atender um aluno foram feitas estratégias pedagógicas específicas devido sua necessidade, sendo aulas síncronas através de chamadas de vídeo individual pelo aplicativo WhatsApp com a participação da coordenadora pedagógica, professora regente, responsável e discente.

Tento em vista, para auxiliar esse aluno que dentre as múltiplas deficiências também é deficiente visual, as intervenções para realização das atividades deveria considerar também essa deficiência, sendo assim, as chamadas de vídeo individual seria a melhor conduta para alcançá-lo, aplicada quinzenalmente, no qual, foram criadas estratégias que beneficia a participação ativa e real do mesmo eliminando atividades visuais para respeitar suas necessidades, onde se fortaleceu atividades direcionadas para conceitos não adquiridos no seu processo de aprendizagem, além de, considerar o tempo da resposta do aluno na execução das atividades propostas.

Diante disso, a ação pedagógica para alcançar a interação e o desenvolvimento do aluno em um ambiente remoto e domiciliar seria proporcionar a concretização do conteúdo com materiais de fácil acesso, baixa tecnologia e disponíveis em casa, em proporcionar um ambiente motivador integrando o conhecimento acadêmico aos saberes do aluno e responsáveis.

Com essa proposta, o currículo comum se readapta ao ensino remoto para conter conteúdos acessíveis, significativos, flexíveis e básicos para o aluno, onde, o planejamento educacional individualizado favorece em atender as possíveis dificuldades do aluno na apropriação do conhecimento escolar e colabora com o processo de aquisição.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

A Escola Especial em questão possui 47 anos, situada na zona oeste do Rio de Janeiro, sendo orientada pelo centro de referência em Educação Especial no Município

do Rio de Janeiro – Instituto Helena Antipoff, onde se encontra a coordenação, capacitação, estudo em Educação Especial para alunos, professores e funcionários da Rede Municipal de Ensino, em desenvolver ensino aprendizagem em alunos com deficiência.

A referente unidade escolar tem em média 80 alunos com deficiências múltiplas, atua em 2 turnos, 13 turmas de classe especial até 6 alunos por turma, 2 turmas de sala de recurso, 2 turmas de atendimento domiciliar, sala de leitura, sala de coordenação, sala da direção, sala dos professores, secretaria, sala das mães, refeitório, cozinha, banheiros masculino e feminino para os alunos, banheiro dos professores, área externa para atividades extra classe e parquinho.

Dando continuidade ao referencial teórico que se fundamenta em marcos normativos e legais, onde ampara um currículo base comum, no qual, seguiu essa unidade escolar para alunos do primeiro segmento do Ensino Fundamental da Educação Básica em uma rede pública de ensino.

O currículo base comum está pautado no documento normativo Base Nacional Comum Curricular – BNCC, de modo que, objetiva conteúdos mínimos para orientar a construção dos currículos das redes escolares nacionais em promover uma aprendizagem de qualidade e essencial para os alunos brasileiros que serão desenvolvidas ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica para alcançar uma equidade no ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases - LDB (9394/96), estabelece no Artigo 2º que, “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

No seu Artigo 4º, inciso III determina que é dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Seguindo o Artigo 9º no Inciso IV afirma que cabe à União estabelecer, “em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum”.

Além disso, a relação do currículo base comum contextualizado pela realidade local, social e individual da escola e do seu alunado é retomada no Artigo 26º que se define:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

No capítulo V, no seu Artigo 58º indica que “entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”.

Em seu parágrafo 1º, diz que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”.

Define ainda no Artigo 59º, que os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”

Por conseguinte, na Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI no Artigo 28º, estabelece:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

Mediante o exposto, no documento Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Especial, nos orienta para um currículo escolar elaborado para todas etapas e modalidades da Educação Básica, que apresenta estar em constante processo de revisão e adequação, envolvendo práticas pedagógicas que possibilita a construção curricular, quando necessária, com métodos técnicas, recursos educativos que transformam os conteúdos acessíveis de ensino para alunos com necessidades educacionais especiais,

além de, suplementar e complementar por uma parte diversificada essencial para a especificidade desses educandos.

Para atender aos vários níveis de complexibilidade desses alunos dos mais simples ao mais complexo é imprescindível viabilizar esse currículo com adaptações de acesso.

Com o propósito de assitir a maior quantidade de alunos com deficiências múltiplas e comprometimento metais, que pelo grau de complexidade não se beneficia com o currículo carioca. Há a possibilidade de atende-lo com o uso do currículo de vida diária, contido no currículo carioca que beneficia com práticas essenciais da vida e adaptações curriculares mais significativas, além do, processo de avaliação, no qual, se observa o aluno, verifica suas necessidades e potencialidades propiciando estratégias que desenvolvam as competencias sociais, aquisição do conhecimento, à cultura e as formas de trabalho existente na sociedade para uma inclusão e sua real participação no seu desenvolvimento socioemocional.

Desse modo, a adaptação curricular promove o conhecimento do aluno e seu uso funcional, mas para que isso ocorra com eficiência é inevitável que o professor elabore um planejamento educacional individualizado de ensino, para então, ajustar as adaptações e adquira a aprendizagem.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados revelam que com uso do currículo adaptado para o meio remoto mostra que com a metodologia adequada pode se alcançar o exito no ensino.

Total de alunos	12
Avanços de interação	09
Desenvolvimento de aprendizagem	09

Tabela 1

Fonte: Dados da Pesquisa

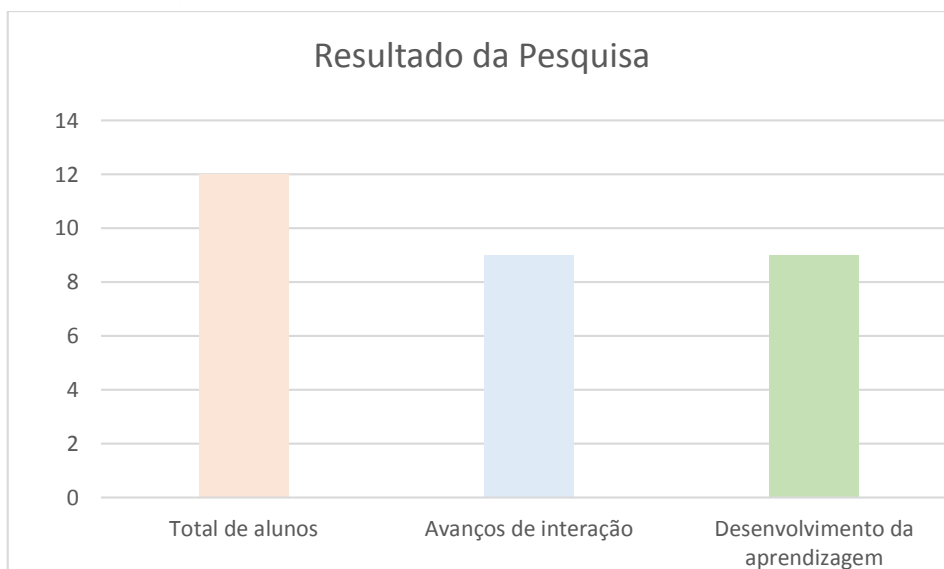


Gráfico 1

Fonte: Dados da Pesquisa

Pode perceber que a interação no desenvolvimento da aprendizagem com atividades adaptadas favoreceu a participação de todos atingindo o objetivo de encurtar a distância, sendo de fundamental importância a cooperação dos responsáveis de serem mediadores nessa tarefa, a fim de, favorecer a participação dos alunos da nossa unidade escolar.

Portanto, o objetivo foi alcançado trouxe um retorno produtivo e enriquecedor revelando uma aproximação entre escola e alunos em manter uma rotina e adesão escolar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Descrever tal abordagem do processo de ensino remoto em um momento tão sensível requer uma análise atenta para fatores relevantes, da dificuldade de acesso ao meio digital, os obstáculos de comunicação e interseção com alunos de deficiência múltiplas, avaliar os conteúdos e adapta-los para ser mais significativos em atente-los, adaptar atividades onde a os condutores seriam os responsáveis a mediar, além de, perdas inestimáveis, exigiu um esforço conjunto em manter um vínculo e mostrar que a rotina escolar, seria imensamente essencial para o emocional do aluno.



Mesmo assim, em frente dessa dificuldade, foi observado o crescente laço harmonioso entre responsável/aluno na busca de auxiliar o entendimento e execução das atividades, dessa forma, o interesse, a participação, e dedicação dos alunos em assistir as aulas trouxe um retorno produtivo e enriquecedor e favoreceu o desenvolvimento do aprendizado.

A constatação em oferecer uma mesma proposta de um currículo ao um grupo como todo e, ao mesmo tempo, flexibilizar o mesmo para atender as necessidades de cada um para amparar em especial aqueles que correm risco da exclusão pelo fato de sua deficiência, sendo acompanhado com efetivo apoio de estratégias pedagógicas que harmoniza acessar esse mesmo currículo comprova que o ganho maior é poder estar com esse aluno estudando e não fora da escola, no qual, garante seu direito a diferença na igualdade do direito a educação.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996

FEDERAL, Senado. Estatuto da pessoa com deficiência. **Secretaria de Editoração e Publicações Coordenação de Edições Técnicas Brasília DF**, 2015.

SAVIANI, Dermeval. Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular. **Movimento-revista de educação**, n. 4, 2016.

DELBIANCO, Leticia Carlos. A lei nº 13.146, de 2015: **lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência) e seus reflexos no ordenamento jurídico brasileiro**. 2019.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais Curriculares para Educação Especial na Educação Básica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília: 1996. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>